

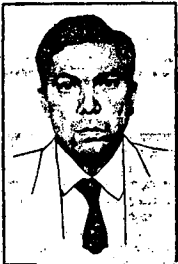
A pressão política cria graves riscos econômicos

ALBERTO ALVES SOBRINHO

O mercado financeiro antecipou, em seguida à Semana Santa, os riscos econômicos contidos na pressão dos governadores para uma retomada do crescimento e por mudanças na política salarial: as bolsas interromperam um novo ciclo de alta e caíram cerca de 11% até quarta-feira; ouro e dólar voltaram a subir; o paralelo superou o câmbio comercial em quase 8%; e torna-se possível um novo movimento de alta nominal dos juros, que haviam despencado desde o final de março, em termos reais.

Os indicadores da economia são estáveis, mas a conjugação de um ano eleitoral com a dificuldade de reduzir a inflação de forma consistente e constante alimentam um clima contrário à obstinação e paciência do ministro da Economia. Marcílio Marques Moreira tem a seu crédito a recuperação na credibilidade externa e busca obter, com a reforma do Estado e do sistema tributário e previdenciário, as condições para eliminar o déficit público e, só então, gerar fôlego para acelerar o declínio inflacionário e, afinal, para a retomada econômica.

Os ganhos obtidos nos últimos meses são expressivos: 1) o Brasil afastou-se da crise cambial embora caindo no excesso de reservas em dólares e nas mudanças das regras do jogo para o lançamento de bônus e commercial papers; 2) a inflação perdeu a gordura determinada pelo temor de um



sexto choque heterodoxo e estabiliza-se em torno dos 21% ao mês; 3) crescem os recursos e o número dos investidores externos, a tal ponto que, em seminário promovido pela Bovespa em Nova York, seu presidente, Alvaro Vidigal, percebeu que os estrangeiros estão acreditando no Brasil mais do que os próprios brasileiros — observação plenamente comprovada em encontro promovido em São Paulo pela Trevisan & Associados; 4) missão japonesa de alto nível do Keidanren visitou o Brasil depois de seis anos de interrupção e os investimentos poderão voltar, com a estabilização macroeconômica; 5) o acordo com os bancos credores está em pauta, devendo coarçar o processo de entendimento com as entidades internacionais, a começar do Fundo Monetário, cujo diretor-gerente, Michel Camdessus, aca-

ba de reafirmar sua confiança no programa brasileiro.

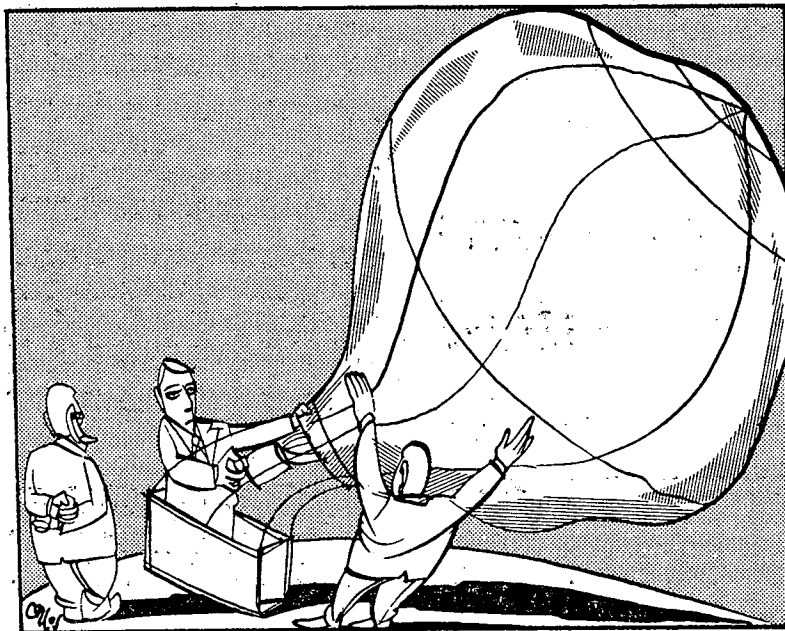
Para manter-se no tempo, porém, a credibilidade externa conquistada pelo prestígio pessoal do ministro Marcílio depende de apoio político interno. Esse apoio, que o presidente Collor tentou conquistar com a mudança ministerial, será decisivo para que o Congresso, preferencialmente este ano, aprove as mudanças constitucionais sem as quais é impossível redistribuir responsabilidades pela Educação e Saúde entre União, Estado e municípios, reestruture a Previdência e reforme o sistema tributário.

Tais mudanças se destinam a simplificar a tributação e fornecer o equilíbrio orçamentário da União, mas conferirão novas responsabilidades a Estados e municípios, beneficiados com a Constituição de 1988, que, no entanto,

transformaram os ganhos, em muitos casos, em franco desperdício, que culminou com a deterioração aguda de bancos estaduais, utilizados como espécie de banco central de alguns Estados, impondo severos ônus à estabilização monetária entre 90 e 91.

Ao propor uma retomada, os políticos podem ainda contar com a sensibilização de setores econômicos privados atingidos pela recessão: os balanços de 1991 começam a revelar a extensão da crise sobre algumas grandes empresas, que discutem na Justiça a aplicação da Lei 8.200/91.

Os estragos produzidos pela política econômica, em especial do período pré-Marcílio, estimulam as pressões. É preciso questionar, porém, seu grau de patriotismo e responsabilidade. Avançar na estratégia de abertura, modernização e integração do Brasil no mundo desenvolvido é o único caminho possível, e ele passa por um período prolongado de enxugamento do Estado, equilíbrio fiscal e monetário e redução da inflação a patamares mexicanos ou argentinos — caso não se possa chegar a padrões europeus em horizonte visível. Admitir a falência da União e a urgência de recuperar as finanças federais, estaduais e municipais é o único caminho — e esse caminho não contempla a recuperação necessária, mas evidentemente prematura, dos salários e da atividade econômica, além do que o espontâneo aumento da oferta de bens pelo setor privado, consequência do que já foi feito, vier a oferecer.



■ Alberto Alves Sobrinho é diretor do grupo financeiro Fair e foi presidente da Associação Nacional das Corretoras (Anacor).